

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS



PUC-SP

Brasil e China: *relações comerciais e sua evolução*

Gabriel Turnowski

Professor Orientador  
César Roberto Leite da Silva

SÃO PAULO

2022



**GABRIEL TURNOWSKI**

**Brasil e China: relações comerciais e sua evolução**

Monografia submetida à apreciação de banca examinadora do Departamento de Economia, como exigência parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, elaborada sob a orientação do Professor César Roberto Leite da Silva

**Maior/2022**

**O autor desta obra autoriza sua publicação eletrônica na Biblioteca Digital da PUC-SP.** Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange todos os dados do documento bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

DADOS DO ALUNO	
NOME:	RA:
CURSO:	SEM./ANO DE INGRESSO:

TIPO DE TRABALHO
<input type="checkbox"/> MONOGRAFIA
<input type="checkbox"/> PRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TRAB. DE CONCLUSÃO DO CURSO – BACH.
<input type="checkbox"/> PRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TRAB. DE CONCLUSÃO DO CURSO – LIC.
<input type="checkbox"/> PROJETO DE CENA
<input type="checkbox"/> PROJETO MONOGRÁFICO
<input type="checkbox"/> TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO
<input type="checkbox"/> OUTRO:

DADOS DO TRABALHO	
TÍTULO:	
ORIENTADOR:	
COMISSÃO EXAMINADORA	
PROF. 1:	
PROF. 2:	
PROF. 3:	
DATA DA AVALIAÇÃO DO TRABALHO:	NOTA:

PROFESSOR ORIENTADOR DO TRABALHO	
OBSERVAÇÕES:	
DATA:	ASSINATURA:

Formulário SAE 05 – Versão 02 – 17/10/14

**Regulamentação:**

- Projetos Pedagógicos dos Cursos

Para uso da SAE	
Obs.: _____	
_____	
_____	
Data: ___/___/___	Assinatura:

TURNOWSKI, Gabriel. **Brasil e China: relações comerciais e sua evolução**. São Paulo, 2022. Monografia de Bacharelado (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuariais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

**Resumo:** As relações econômicas e diplomáticas entre os países Brasil e China são de extrema importância para entender os atuais contextos econômicos de ambos e de suas regiões. Com o passar dos anos, foi possível assistir um vai e vem nas relações, sejam no setor da economia, sejam da diplomacia. Com base em textos acadêmicos, e estatísticas de comércio, este trabalho se propõe a estudar a inserção de ambos no cenário diplomático e econômico global. A partir daí, é investigado o decorrer das relações econômicas e principalmente comerciais entre os gigantes regionais. Com isso, é trazido diversos números e estatísticas que comprovam tais relações comerciais e diplomáticas.

**Palavras-chave:** Brasil. China. Relações diplomáticas. Relações comerciais.

**Código JEL:** F50.

## Sumário

Introdução	8
1. Brasil-China: Histórico e inserção no comércio internacional	
1.1. China: Histórico e sua inserção internacional, e a OMC	10
1.2. Brasil: Inserção no mercado internacional e na OMC	19
2. Aproximação e continuidade das relações comerciais entre Brasil e China	
2.1. Brasil e China: semelhanças entre si	21
2.2. Relações Brasil e China do século XIX até as décadas de 1970 e 1980	22
2.3. Relações Brasil e China à partir da década de 1990	26
2.4. Relações Brasil e China no século XXI	29
3. Comércio Brasil-China	
3.1. Dados de importação e exportação gerais	33
3.2. Soja	35
3.3. Óleos brutos de petróleo	38
3.4. Minério de ferro	40
3.5. Carne bovina	42
3.6. Plataformas de perfuração	44
3.7. Turismo	46
Considerações Finais	48
Referências Bibliográficas	50

## **Introdução:**

Nos últimos anos se viu um crescimento enorme na participação chinesa perante a economia global. Tal crescimento se deu em grande parte por sua política em massa de industrialização, que se viu um crescimento exponencial nesse quesito. Com isso, a influência comercial e até mesmo geopolítica desse gigante asiático cresceu na mesma medida, atuando de forma ativa em diversas regiões e continentes.

Da mesma forma, o Brasil com o passar dos anos se torna muito mais atuante economicamente e politicamente no cenário internacional, sendo um grande fornecedor global de produtos, em sua maioria, agrícolas e primários. Sua influência política também possui certa relevância. Porém, o Brasil, diferentemente da China, é uma nação muito dependente de mercados externos. E nesse contexto, a China surge como principal parceiro comercial do Brasil. Em um curto período de tempo se tornou o principal exportador para o Brasil, e o Brasil um dos principais clientes da China.

Dessa forma, esse trabalho de Monografia surgiu com o intuito de estudar a inserção de ambos os países, ambientando-os ao cenário do comércio global e sua economia. É necessário entender como se iniciou a abertura chinesa para o Mundo economicamente ativo, entender a influência e inserção brasileira nesse mercado internacional. Além disso, para conseguirmos demonstrar de forma estatística e com dados concretos tal relação entre Brasil e China, é de extrema importância ser estudada a forma com que esses laços se deram no âmbito diplomático, e em paralelo, como se aproximaram comercialmente.

Para haver uma melhor distribuição e organização acerca do tema, esta monografia está dividida e estruturada em três capítulos, que dentro deles possuem suas subdivisões.

O primeiro capítulo abordará o histórico da China na política econômica a partir do meio do século XX, e a inserção comercial ao cenário global, dando maior ênfase para a história de abertura do gigante asiático frente ao Mundo. E, de forma a entender a dinâmica do comércio global, é feita uma análise sobre o órgão regulador principal do comércio internacional, a Organização Mundial do Comércio,

a OMC, ou em inglês, a *World Trade Organisation*, ou simplesmente a WTO. Sobre a China, ainda, são trazidos diversos dados a respeito do comércio nos últimos anos. Ainda no mesmo capítulo, é trazido também um pouco da inserção brasileira na dinâmica global de comércio, bem como sua atuação como parte integrante da OMC.

Já no segundo capítulo, o tema abordado é basicamente sobre as relações diplomáticas Brasil-China. Em primeiro momento, é abordado um pouco das características que se assemelham entre os dois países, o que pode mostrar o porquê dessa aproximação entre ambos e como ela se deu. Então, no decorrer deste capítulo, o mesmo é dividido em três fases principais, separadas por datas. A primeira fase é o relacionamento iniciado no século XIX até as décadas de 1970-80. A segunda fase já diz respeito a década de 1990. E, por último, o decorrer da relação no século XXI.

O terceiro e último capítulo aborda sobre dados e estatísticas relacionadas ao comércio entre Brasil e China propriamente dito. Se inicia falando sobre os dados absolutos de importação e exportação em geral entre os países. A partir daí, é abordado alguns dos principais produtos comercializados do Brasil para a China, se iniciando com soja, óleos brutos de petróleo, minério de ferro e carne bovina. Então, foi abordado o tema de plataforma de perfuração, que em valores é o produto que o Brasil mais importa da China. Por fim são trazidos alguns dados do ministério do turismo brasileiro, a respeito desse tema, principalmente do turismo chinês em solo brasileiro.

Desta forma, a partir de trabalho de pesquisa em autores que abordam a respeito do tema e da procura de dados e informações de comércio internacional, esta pesquisa possui como objetivo esclarecer como se deu o relacionamento Brasil-China com o passar dos anos e sua evolução.

# **1. Brasil-China: Histórico e inserção no comércio internacional**

## **1.1. China: Histórico e sua inserção internacional, e a OMC**

Nos últimos anos ficou claro que a China não é apenas mais um país no extremo oriente, que não possui tantas conexões globais e não exerce influência alguma sobre a cultura e comércio global. O recente processo de abertura econômica do gigante asiático que conta com mais de um bilhão de pessoas e cresce anualmente perto de 8-9% não pode ser visto como apenas um país.

E nesse contexto, o Brasil sofre extrema influência do mercado chinês e se beneficia da magnitude do mercado importador e exportador da China.

Então, para entender como se dá a relação dos dois países, é necessário entender como se deu a inserção chinesa e brasileira no sistema global de comércio e como houve a abertura de seus respectivos comércios globalmente (FURLAN e FELSBURG, 2005, p. 7-22).

A República Popular da China foi fundada em 1949. Em 1952 foi instituído pelo governo um plano econômico de cinco anos, e, como consequência, nesse período houve um grande aumento na agricultura e nas manufaturas. Porém o país continuava sendo uma nação subdesenvolvida.

Então, em 1978, foi lançado um programa de reformas econômicas e uma política de abertura comercial, que se desenvolveu até o ano de 1992, com uma pausa no meio devido ao Massacre da Praça Celestial, onde o país se viu em uma crise política interna. E assim, após uma chamada “política de acerto e erro”, houve um gigantesco crescimento produtivo e econômico. Entre os anos de 1978 e 2018, houve um crescimento médio de 9,4% do PIB anual e mais de 700 milhões de pessoas saíram da pobreza.

Esse período de 40 anos pode ser dividido em quatro estágios.

O primeiro (1979/1992) foi de Ajuste, onde a propriedade privada foi reconhecida, o excedente do campo foi absorvido pelas cidades e centros urbanos, e houve uma série de reformas estatais que auxiliaram no crescimento econômico. Além disso, foram utilizados alguns mecanismos importantes para auxiliar esse crescimento.

Um desses mecanismos foi a implementação de incentivos governamentais às Empresas de Vilas e Municípios (EVM), cruciais num momento de reconhecimento de propriedade privada.

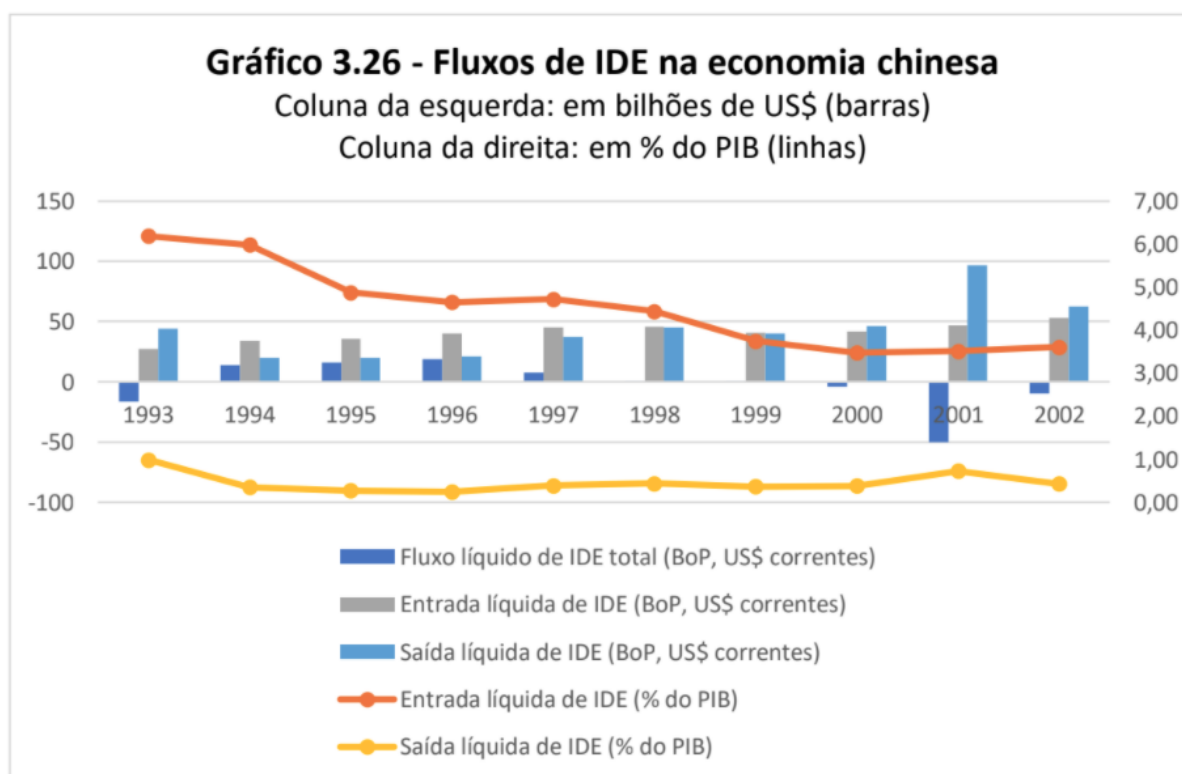
Porém, um dos principais diferenciais para turbinar o crescimento foi a criação das Zonas Econômicas especiais. O objetivo da política de ZEEs era atrair investimentos diretos para criar um melhor ambiente de negócios, com objetivo de atuar no processamento de produtos importados para que fossem exportados. As zonas tinham liberdade para organizar sua economia através de uma flutuação de preços baseada nas forças de mercado, e não mais determinadas pelo governo. O governo chinês também favoreceu essas zonas com generosos subsídios financeiros. Essas ZEEs se concentravam principalmente na região costeira, para facilitar o escoamento de produtos para os portos (HARVIE, 1999).

Outro fator determinante, foi a autorização do Investimento Direto Externo (IDE) no país asiático por parte do governo. Essa autorização veio em 1979 como parte das reformas econômicas, que visavam uma maior fomentação do comércio chinês no cenário internacional. Porém é no segundo estágio que há um grande salto nas entradas de IDEs em solo chinês.

O segundo estágio (1992/2001) foi um período de transição orientada pelo mercado, no qual houve reformas fiscais que auxiliaram empresas estatais e empresas privadas. Multinacionais se tornam peça fundamental na economia chinesa, estabelecendo essa transição orientada pelo mercado. Nesse período, foi desenvolvido, através de investimentos estatais e externos, a agricultura, graças ao enorme potencial geográfico para produção de produtos agrícolas, as indústrias de base, a indústria bélica e um início de investimentos em ciência e tecnologia.

Nesse segundo momento do período de *boom* no crescimento chinês, os IDEs, que já haviam iniciado no fim da década de 70 e por toda a década seguinte, se intensificaram no ano de 1992. Neste ano de 1992, os IDEs chegaram a US\$ 11 bilhões e com pico de cerca de US\$ 47 bilhões no ano de 1997. Isso se deu com a política de extensão das reformas econômicas instituídas pelo governo da China.

Gráfico 1.1.1 - Fluxos de IDE na economia chinesa



Fonte: Banco Mundial, SPERANCETE 2021.

No fim dos anos 90, há uma queda nos IDEs, coincidindo com uma estabilização nas taxas de crescimento do PIB chinês. Isso mostra como a chegada de investimentos externos na China foram pautados pelo crescimento interno.

Já no terceiro período (2002/2012), com a entrada da China na OMC, o gigante crescimento de sua economia, tornando o país o maior exportador mundial e segunda maior economia global. Essa entrada levou a uma maior exposição global da China no mercado internacional de comércio e menor protecionismo de suas indústrias e produtos.

Nesse período, houve desaceleração do crescimento estratosférico visto nas duas décadas anteriores e aconteceu a estabilização dessa expansão. Isso ocorreu em parte por sua inserção na OMC e no comércio global, com uma crescente na concorrência de outros países na disputa pelo comércio global.

Por fim, um quarto estágio, que se iniciou em 2013, de desaceleração do crescimento econômico global, mas com grande crescimento na economia liderada

pela internet e pelo *E-commerce*, que permitiu uma otimização na produção e estrutura econômica.

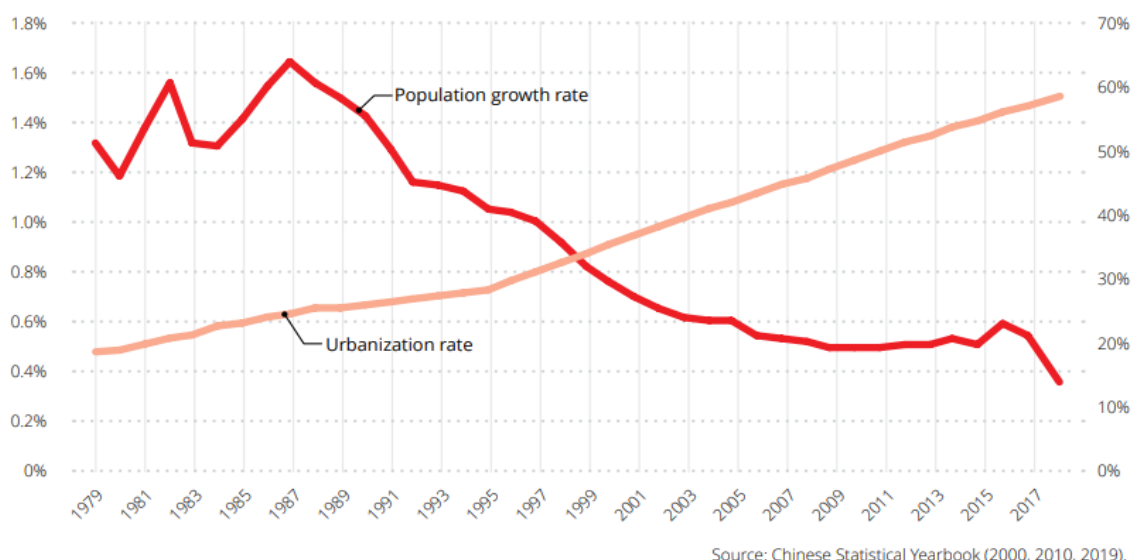
Um outro aspecto que influenciou de forma significativa no crescimento de forma ordenada foi a adoção da política de um filho, imposta pelo governo, onde cada família só poderia ter apenas um filho. Dessa forma, foi possível controlar o crescimento populacional, evitando pobreza e má distribuição de recursos para sua população.

Nos últimos 40 anos foi constatado um declínio na taxa de crescimento populacional, tanto que em 2015 foi permitida uma segunda criança, e mais recentemente em Junho de 2021 uma terceira criança.

É importante notar também uma mudança no aspecto urbano chinês. Em 1979, a taxa de urbanização era de apenas 19,4%. Já em 2018 a taxa já se mostrava em 59,6% e se espera que em 2035 seja cerca de 70%. Isso demonstra uma mudança com o tempo da situação de um país extremamente agrícola, para um país de caráter industrial.

Gráfico 1.1.2 - Taxa de crescimento populacional e urbanização

Figure 2. The population growth rate and urbanization rate



Fonte: Chinese Statistical Yearbook (2000, 2010, 2019), GUO 2020.

O gráfico acima nos mostra as taxas de crescimento populacional e de urbanização, demonstrando uma queda nas taxas de crescimento vegetativo e um aumento na urbanização (GUO, 2020, p. 44-8).

Para entender as relações econômicas entre países, e neste caso a inserção da China no mercado global, é crucial entender o papel da OMC.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) vincula hoje 164 países, entre os quais estão Brasil e China, e foi fundada em 1995, substituindo o antigo sistema GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*) de 1947. A criação da organização foi muito importante para o estabelecimento das regras comerciais entre países.

A OMC administra a aplicação das regras acordadas na Organização, com um sistema jurídico, com a finalidade de garantir os processos comerciais entre países.

A Organização instituiu uma transparência das medidas dos países no comércio internacional, através de mecanismos de revisão de política comercial, onde cada membro, de tempos em tempos, tem obrigação de apresentar suas políticas de comércio internacional, passando por revisão dos outros países membros.

Além disso, a OMC arbitra conflitos entre membros no que rege as regras institucionalizadas pela Organização, e nisso a China possui forte influência, por se tratar de um Estado-Nação de muita preponderância no cenário global.

A Organização, por fim, serve de foro para aprofundamento nas regras que regem a liberalização comercial. Nisso vale ressaltar a Agenda Doha de Desenvolvimento, ou também chamada de Rodada de Doha, onde se concentrou esforços dos países membros da OMC para que haja um maior processo de liberalização econômica e diminuição do protecionismo entre nações (PRAZERES, 2005, p. 23-5).

A atuação da OMC é pautada por alguns princípios, visando estabelecer um fluxo de comércio global transparente e livre.

O primeiro princípio é a de Não-Discriminação, que é o princípio básico da Organização. Nele, é previsto que a nação mais favorecida seja obrigada a estender um acordo a todos os países participantes sem tratamentos diferenciados.

O segundo é a de Previsibilidade, onde devem haver regras e acordos para que haja uma previsibilidade e garantam um melhor desenvolvimento de atividades.

O terceiro é a de Concorrência Leal, onde são coibidas práticas desleais para que haja um comércio internacional mais aberto e seguro. Para tal foram feitos acordos de subsídios e antidumpings visando a Concorrência Leal.

O quarto princípio é a de Proibição de restrições quantitativas, que proíbe restrições quantitativas como meio de proteção aos países.

O quinto e último princípio é a de Tratamento especial para países em desenvolvimento, onde países desenvolvidos se privam de igualdade de negociação em prol de benefícios maiores para países em desenvolvimento.

A China era Parte-Contratante no regime multilateral de comércio pré-OMC, chamado GATT, em sua criação no ano de 1949. Porém nas décadas de 50 e 60 se manteve afastada do sistema de comércio internacional existente na época. Nos anos 70 e 80 houve uma aproximação gradual, culminando em Julho de 1986 com que se tornasse vinculado de forma completa ao GATT.

Em 1949, com a fundação da República Popular da China, houve reavaliação de todas as medidas tomadas pela antiga administração, não mantendo sua posição de Parte-Contratante no GATT, ficando 30 anos afastado da instituição. Esse afastamento ocorreu pois o governo chinês em Taiwan decidiu sair do acordo estabelecido no GATT, mesmo com o governo de Beijing não reconhecendo esse afastamento.

Em 1971, a China entrou de volta para a assembléia das Nações Unidas, fazendo com que houvesse também uma aproximação, mesmo que de forma lenta, com o GATT.

Em Julho de 1986, a China demonstrou interesse em restabelecer seu antigo status no GATT, a fim de ampliar seu comércio exterior, participar das questões econômicas internacionais, tais como ditar regras de comércio internacional também, adquirir maiores informações do mercado mundial, e diminuir suas medidas protecionistas para expandir como grande exportador.

O processo de entrada da China no bloco de comércio internacional foi dirigido pelo *Working Party*, que eram os membros do GATT que tinham interesse

na adesão de novos membros. Esse grupo era responsável pelo Protocolo de Acesso.

Em 1994, com a finalização da Rodada Uruguai, foi criada a OMC. E no ano seguinte, depois de um pedido para que a China fosse incluída na OMC, houve a sua entrada na Organização de Comércio. Porém, apenas em 2001, na Conferência Ministerial de Doha, os membros da OMC decidem que a China pudesse vincular-se aos acordos da Organização, segundo as condições definidas pelo Protocolo de Acesso, estando juridicamente vinculada a partir de Dezembro desse mesmo ano. Nesse momento o *Working Party* entrou na OMC, atuando da mesma forma para o acesso de novas nações na nova organização.

Esse Protocolo de Acesso confere uma aplicação das regras de comércio internacional para todo o território chinês, obrigando transparência nas suas relações, e uma política de não-discriminação de empresas locais e estrangeiras. Além disso, o Protocolo fez com que a China se comprometesse a implementar os acordos de Trims, onde impediu o país asiático de pegar grandes investimentos estrangeiros, coisa que ia contra as diretrizes da OMC. O Protocolo ainda fez menção a alguns outros assuntos.

No assunto das licenças de importação, foi exigido do governo chinês uma mudança no mecanismo de importações. As políticas de defesa comercial tiveram que ser modificadas, fazendo com que o país se sujeitasse a rigorosas regras de *antidumping* e subsídios. Empresas estatais que atuam no comércio (*state-trading enterprises*) se tornaram obrigadas a cumprir um rigoroso protocolo de transparência. No que rege as regras de propriedade intelectual, foi um tema de bastante temor na OMC, fazendo que houvesse anualmente reuniões do Conselho sobre Direitos da Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio da OMC. No setor agrícola foi proibido qualquer tipo de subsídio por parte do governo para exportação, além de liberar que empresas privadas pudessem acessar qualquer setor da agricultura.

Com tudo isso comprometido por parte da China, em Dezembro de 2001 há o ingresso oficial na OMC da República Popular da China.

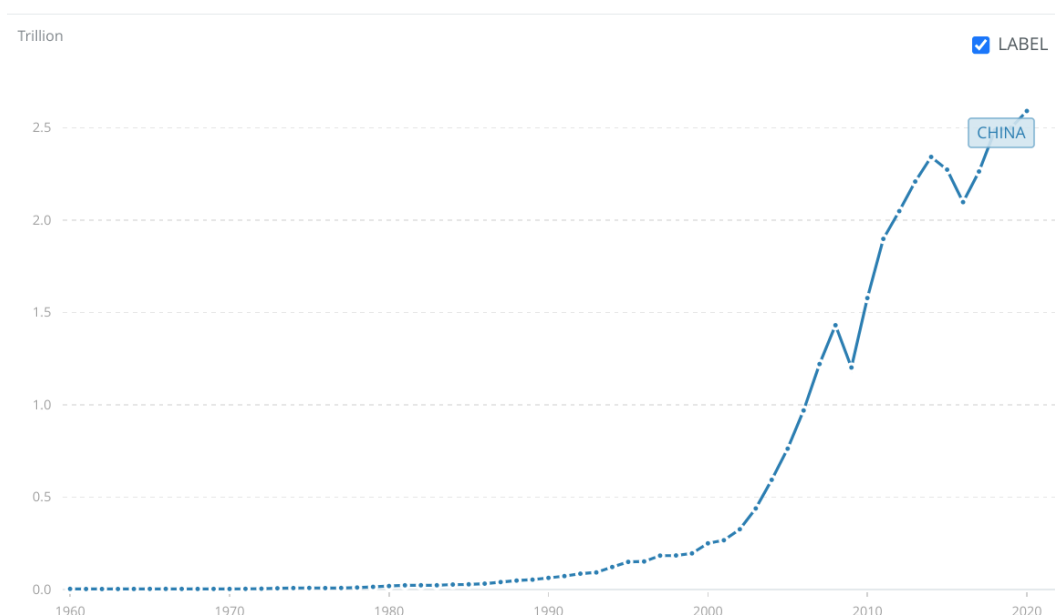
Por causa dessa adesão da China de um sistema já existente e sem influência sua nas regras, o país teve algumas dificuldades e pressões, como por

exemplo ter que passar anualmente por revisões de implementação do comércio internacional, algo que não foi exigido para mais nenhum país além dele, que durou cerca de 8 anos após a implementação desse sistema. Apesar das dificuldades, o governo chinês se mostrou empenhado em cumprir as regras do sistema multilateral da OMC.

Por 15 anos, a China ficou em negociações para ingressar na OMC, sendo necessários mais de 900 páginas de acordos antes que tudo fosse resolvido. Porém, como disse um dos principais negociadores chinês, Long Yongtu, após o fim das negociações, que esse era “apenas o final de um começo” (PRAZERES, 2005, p. 25-45).

Nesse período de aproximação da República Popular da China com o comércio global e com a OMC, foi notado um crescimento das exportações do país, onde em 1975 as importações eram muito pequenas e inexpressivas, algo que em 2000 já se aproximava meio bilhão de dólares, crescendo mais ainda após a entrada definitiva no sistema de comércio internacional regularizado pela OMC.

Gráfico 1.1.3 - Exportações de mercadorias (em US\$) - 1960 a 2020



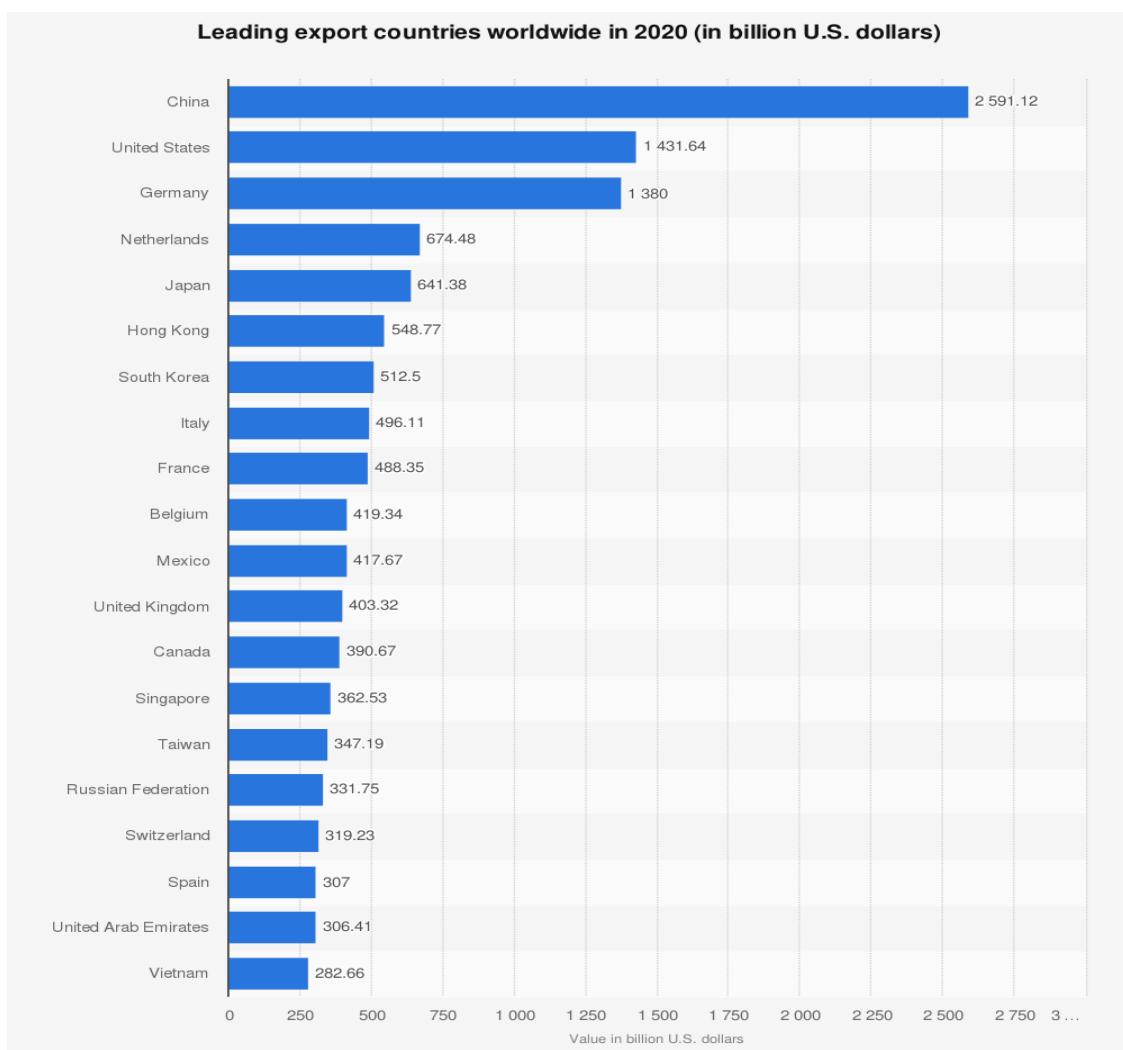
Fonte: World Bank

Após esse período de entrada e aproximação da China ao mercado internacional, o país se torna soberano e disparadamente o país com maior

contribuição nas importações globais, se tornando o principal fornecedor de insumos e *commodities* do Mundo, e se tornando um dos principais fornecedores de serviços.

Em 2020, a China foi responsável por mais de US\$ 2.5 trilhões de todos os produtos exportados mundialmente. Comparando com o segundo colocado, os Estados Unidos, é mais de US\$ 1.1 trilhão a mais, demonstrando a total dominância do gigante asiático no mercado exportador global.

Gráfico 1.1.4 - Líderes exportadores mundialmente em 2020 (em bilhões de dólares)



Fonte: OMC, Statista 2021

## 1.2. Brasil: Inserção no mercado internacional e na OMC

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil, que se encontrava ao lado dos Aliados, se torna membro fundador, mesmo que de forma periférica, do GATT. Nesse contexto, as nações subdesenvolvidas, como o Brasil, tinham como visão de que esse acordo de relações comerciais entre países somente favorecia os países mais ricos. Por isso, esses países mais pobres eram os chamados *free-riders* desse acordo, ou seja, estavam apenas de carona nesse acordo, se beneficiando de alguns acordos e interações comerciais internacionais.

Um dos acordos que o Brasil conseguiu participar mesmo que de forma limitada foi na Rodada Kennedy, onde se buscou uma diminuição de tarifas aduaneiras globalmente, a fim de que houvesse menor protecionismo e maior liberalização comercial. Outra medida importante desta Rodada foram medidas de *antidumping* para que fossem comercializados produtos pelo seu verdadeiro valor.

Por ser integrante do GATT, o Brasil se tornou membro da OMC em sua criação na Rodada Uruguai, no qual se estabeleceu a formação como instituição da Organização Mundial do Comércio. Diferentemente da China, que passou por vários estágios e pressões para conseguir se associar à OMC, o Brasil não passa por isso, por se tratar de um país já integrante de forma integral do GATT (ALMEIDA, 2006).

Com o passar dos anos, o Brasil se transforma de nação influenciável para influenciadora, visto seu sucesso em rodadas da OMC, e sua inserção no G-20, grupo de países com as maiores economias mundiais. Inclusive, em Dezembro de 2012, dada essa posição favorável do Brasil, o Chanceler brasileiro, Roberto Azevêdo, foi eleito diretor-geral do órgão para um mandato de 4 anos.

O Brasil ainda tem grande importância nas decisões da OMC, por ser um dos países-membros que mais participou de controvérsias na OMC.

Um exemplo recente de atuação do Brasil em uma controvérsia foi o caso Contencioso Brasil-Canadá (Embraer/Bombardier). Em 1996 o Canadá apresentou uma reclamação formal onde se queixava de que o governo brasileiro estava apoiando a empresa Embraer nas exportações de suas aeronaves, o que pelas regras da OMC seria subsídio proibido segundo o Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC. Para o Brasil isso não se tratava de subsídio proibido. O Brasil acaba por demonstrar que o Canadá também realizava subsídios

da mesma forma. No fim o Brasil conseguiu manter esse subsídio, assim como o Canadá manteve o seu apesar de a OMC ter decidido o contrário, de não liberar esses subsídios por parte canadense (GABRIEL, 2001).

## **2. Aproximação e continuidade das relações comerciais entre Brasil e China**

### **2.1. Brasil e China: semelhanças entre si**

Antes de ser apresentada a história e a evolução das relações entre Brasil e China, é muito importante entender as características em comum entre os dois gigantes de seus respectivos continentes, o que pode mostrar o porquê dessa aproximação entre ambos.

Pode parecer que não há muito em comum entre eles. Há uma distância geográfica de milhares de quilômetros e as diferenças culturais são enormes entre os dois. Essas duas características acabam por demonstrar a grande diferença do povo de cada um deles. Porém, as diferenças podem parar por aí. As semelhanças entre eles são muito grandes.

Para começar, China e Brasil são dois dos maiores países em desenvolvimento do Mundo. Ambos são gigantes geograficamente e populacionalmente, estando entre o top 6 do Mundo nesses dois quesitos. De acordo com informações do Banco Mundial, em 2019 a população chinesa se aproximava de 1,4 bilhão de pessoas, sendo o primeiro no Mundo nesse quesito, e o Brasil com aproximadamente 211 milhões de pessoas, sendo o sexto no ranking mundial. Já geograficamente, a China encontra-se na terceira posição com 9.596.961 km<sup>2</sup> de extensão territorial, sem contar as áreas administrativas especiais de Hong Kong e Macau. O Brasil se encontra novamente na quinta colocação de área territorial, com 8.510.295 km<sup>2</sup>, sendo o país mais extenso do hemisfério sul, e segundo maior das Américas.

Essas duas características são determinantes para definir outras semelhanças entre os dois países. Com sua grande extensão, a agricultura é um setor da economia muito explorado por ambos. Além disso, outra característica é a existência de “Ilhas de Modernidade”, que são cidades e áreas urbanas com indústrias, comércio, bancos e instituições financeiras, universidades e escolas, onde há um maior padrão de vida. E nesse contexto as desigualdades socioeconômicas se sobressaem.

China e Brasil são nações com alto grau de desigualdade social, com péssimas distribuição de renda e grande disparidade econômica entre campo e cidade, e mesmo entre os centros urbanos e suas respectivas periferias.

Outro ponto a se notar que se assemelha entre os dois países, é a grande participação do Estado na economia, onde muitas das principais empresas de Brasil e China são de propriedade estatal. Essa característica é de extrema importância para entender a dinâmica da economia nacional deles, pois muitas das escolhas e decisões tomadas pelas empresas pertencentes ao Estado, em teoria, tem como objetivo o bem comum populacional, e não foca apenas na riqueza de um único indivíduo.

Portanto, apesar das distâncias, Brasil e China são países com grandes características em comum, e as relações entre eles se inicia como busca de expansão comercial internacional e expansão diplomática, visando o engrandecimento de ambas nações.

## **2.2. Relações Brasil e China do século XIX até as décadas de 1970 e 1980**

Os primeiros contatos havidos entre Brasil e China datam-se do final do século XIX. Nesses primeiros contatos, o que se buscava para o Brasil era a busca de mão-de-obra que visava suprir a necessidade de força de trabalho que a atividade cafeeira, principal setor da economia brasileira à época, necessitava para continuar expandindo.

Porém, houve uma proibição por parte do governo chinês para que seus cidadãos viessem ao Brasil. Com isso, vieram ao Brasil imigrantes europeus, em sua maioria italianos, e japoneses.

A recusa do governo chinês em liberar imigrantes se deu em grande parte pela falta de um projeto brasileiro de acolhimento a estrangeiros, como o país sulamericano se comportaria em relação aos chegados do gigante asiático. As últimas impressões que o Brasil havia deixado em relação a trabalhadores imigrantes era o de escravidão. Ainda que já houvesse ocorrido a abolição da

escravatura em solo brasileiro, essa abolição não ocorre de forma imediata, e é possível constatar a presença de mão-de-obra escrava. Constatado esse fato, é consumada uma recusa por parte da China em enviar seus habitantes para uma terra onde havia mais dúvidas do que certeza.

Em 1879, o Brasil enviou uma comitiva oficial para tratar diretamente com o governo chinês a fim de trazer imigrantes. Nessa missão, não foi possível trazer mão -de-obra, porém foi assinado um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em 1881, com a abertura de um consulado brasileiro na cidade de Shanghai. A principal razão para a assinatura desse tratado era justamente trazer moradores da China ao Brasil, algo que não se concretizou naquele momento.

Ao final do século XIX, foi registrada a entrada de cerca de 3.000 chineses ao Brasil, que eram tentativas isoladas de trazer essa mão-de-obra para o trabalho principalmente na agricultura e no cultivo de chá no estado do Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2004).

Em 1911 é proclamada a República da China pelo líder chinês Sun Yat Sen. O Brasil reconheceu o país pela primeira vez em 1913 e em 1914 criou uma missão diplomática em solo chinês. Até 1949, as relações entre os dois foram apenas diplomáticas, sem nenhum avanço bilateral comercial e econômico.

A partir de 1949, o líder comunista Mao Zedong (ou Mao Tse-Tung), funda a chamada República Popular da China, estabelecida na China Continental. Com isso, as autoridades brasileiras rompem qualquer tipo de relações diplomáticas com a China Continental e passa a reconhecer apenas Taiwan (China Nacionalista).

Esse reconhecimento de Taiwan e não da RPC se dá em virtude do início da Guerra Fria, onde o Brasil se encontrava ao lado dos Estados Unidos, que eram contrários ao regime comunista, algo que a China adotava, e ainda adota, como viés político de governo. Inclusive, em 1952, o Brasil estabelece um embaixador em Taipei, capital de Taiwan e da China Nacionalista (FUJITA, 2003).

Até o ano de 1974, o Brasil reconhece como “China” apenas a China Nacionalista, sem relações com o regime comunista de Pequim.

Em 1961, é enviada uma comitiva brasileira para a China, para a sua capital Pequim, liderada pelo então vice-presidente João Goulart, a fim de estreitar as relações sino-brasileiras. Jango era o presidente do PTB, Partido Trabalhista

Brasileiro, e detinha simpatia por parte do governo chinês. Nessa viagem, houve ainda uma escala da comitiva brasileira na então União Soviética, onde se encontraram com Nikita Khrushchev, chefe de estado da URSS à época.

Em solo chinês, João Goulart avança em algumas tratativas de reaproximação diplomáticas. Porém, poucos anos depois tudo é jogado por água abaixo.

Em 1964, ocorreu o golpe militar no Brasil. João Goulart, que foi empossado como presidente brasileiro no ano de 1961, é deposto, e com isso todas as relações sino-brasileiras criadas por ele são praticamente desfeitas. Um dos grandes lemas da ditadura no Brasil era ser contra o comunismo, e, conseqüentemente, há um grande distanciamento entre as duas nações (OLIVEIRA, 2004).

Um fato que ocorreu no golpe militar contribuiu de forma significativa para que houvesse um afastamento das relações diplomáticas entre Brasil e China. Uma comitiva chinesa, composta por 9 integrantes, que se encontrava no Brasil a serviço do governo chinês, visando avançar em negociações bilaterais comerciais, foi presa e condenada a dez anos de prisão, com aval do então Supremo Tribunal Federal, no dia 22 de Setembro do mesmo ano. Eles foram condenados falsamente de serem conspiradores contra o recém estabelecido regime instaurado pelos militares brasileiros, e foram tentativas de bode expiatório para comprovar a presença de “comunismo” dentro do governo. As acusações eram de que o grupo comandava um núcleo de revolucionários comunistas de quase 200 pessoas, portando agulhas envenenadas, bombas teleguiadas e uma lista de vítimas para uma revolução. Porém, o governo brasileiro acabou optando pela expulsão dos chineses de solo brasileiro, sendo extraditados.

É interessante notar que entre as décadas de 1950 e 1970, o Brasil praticamente não possuía relações com qualquer país asiático, exceto com o Japão. Em 1959 houve a primeira visita de um presidente de país asiático ao Brasil, justamente o presidente Sukarno do Japão. Além disso e alguns pequenos acordos econômicos bilaterais, pode-se dizer que não há uma interação expressiva entre Brasil e a Ásia até praticamente a década de 1980.

Porém, no ano de 1974, há o estabelecimento de laços significativos na chamada Cooperação Sul-Sul, que é a cooperação entre os países em

desenvolvimento. E esse laço criado é justamente com a República Popular da China. Em Agosto do mesmo ano, o presidente Ernesto Geisel reatou as relações diplomáticas com o gigante chinês. Mesmo com a grande diferença nos ideais e sistemas políticos dos dois países, Brasil e China demonstraram similaridades em certos aspectos da política externa, com intenção de manter sua própria autonomia internacional e a soberania nacional e territorial, ou seja, ambos tinham interesses em comum em evitar qualquer tipo de interferência externa em seus territórios. Porém, o que é determinante para essa reaproximação é o interesse pela Cooperação Sul-Sul, visando diminuir o protecionismo comercial de países desenvolvidos, como os Estados Unidos.

Por parte da China, a aproximação com o Brasil foi facilitada devido algumas mudanças de política externa, para se "aproximar" do resto do Mundo.

Em 1972, a China declara o fim do que é chamado como "Campo Socialista" e se colocava como uma nação em desenvolvimento e de Terceiro Mundo. Assim, a China se abre para relações com países de fora do bloco socialista. Com isso, o gigante asiático para de influenciar e financiar diretamente diversos movimentos revolucionários pelo Mundo, e principalmente ocorridos na América Latina, e passa a prezar por relações estratégicas com países do chamado Terceiro Mundo, visando justamente a cooperação para o desenvolvimento mútuo entre as nações assim chamadas de Terceiro Mundo

Agora, por parte do Brasil, a política externa vigente no momento era de estar presente ativamente em fórum de países em desenvolvimento, e, para que esse movimento pudesse ser realmente legitimado, o estabelecimento das relações com a China são de extrema importância.

Inclusive, já havia um forte interesse por parte dos empresários brasileiros em expandir economicamente para o gigantesco mercado chinês, visto a tentativa da missão comercial brasileira enviada ao gigante asiático em 1961. Porém, como já citado, o Golpe Militar de 1964 acabou por afastar o empresariado brasileiro do mercado chinês. Essa iniciativa, de acordo com Henrique Altemani de Oliveira, era muito precoce.

O Brasil apostou muitas fichas na agenda do Terceiro Mundo, e, conseqüentemente, viu com bons olhos a aproximação chinesa do Conselho de

Segurança da ONU. Ao mesmo tempo dessa aproximação brasileira com o continente asiático, e principalmente com a China, houve uma aproximação também com países africanos, com o interesse do então presidente na década de 60, Jânio Quadros, em se aproximar de países não-desenvolvidos.

No início da década de 70, uma aproximação entre Estados Unidos e China serviu de incentivo para a aproximação do Brasil com o país asiático. E em decorrência desse estreitamento de relações norte americanas e chinesas, em 1970, o presidente brasileiro Emílio Garrastazu Médici, que era um presidente ainda da época da ditadura militar, é convencido por seu ministro Marcus Vinícius Pratini de Moraes, ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo do Brasil, a realizar a primeira venda de açúcar brasileiro, alegando que a venda de açúcar não tinha nada a ver com política. . Essa transação de açúcar foi precedida após um breve período pela missão de Horácio Coimbra, da Companhia Cacique de Café Solúvel, em 1971 à China, estando presente o cônsul brasileiro em Hong Kong nessa comitiva (DUQING, 1999).

Porém, ainda nota-se um lento avanço da relação Brasil-China. Tirando algumas poucas transações comerciais, como o comércio de açúcar e algumas comitivas e missões comerciais, pode-se dizer que não foi estreitado um laço diplomático de cooperação. Com a chamada Cooperação Sul-Sul, as relações que foram criadas foram apenas com o Japão (OLIVEIRA, 2004).

### **2.3. Relações Brasil e China à partir da década de 1990**

Durante a Guerra Fria, o Brasil se viu isolado do bloco socialista, tendo recebido muito apoio dos Estados Unidos, “inimigo” do bloco socialista/comunista. Com isso pouco se viu de avanço das relações entre o maior país da América do Sul e o país mais populoso do Mundo.

Com o fim desse conflito não armado, o Brasil recalcula sua estratégia econômica e diplomática, tentando se fortalecer e se inserir internacionalmente, estreitando suas relações com países da Ásia. Durante o governo Itamar Franco, especificamente no ano de 1993, e reforçado com veemência pelo presidente

Fernando Henrique Cardoso em 1995, e por Luiz Inácio da Silva em 2003, o continente asiático se torna prioridade máxima para diplomacia brasileira, visto sua grande capacidade produtiva e de mão-de-obra disponível, além de possibilidade de desenvolvimento científico e tecnológico e de desenvolvimento econômico, visto as similaridades desse desenvolvimento e por ambos pertencerem ao Terceiro Mundo, com objetivos e metas muito semelhantes.

A partir de 1990, as principais relações já estabelecidas no continente asiático são com o Japão. Porém, com o tempo as relações com a China, com a Coreia do Sul e com o chamado Asean (Association of Southeast Asian Nations, ou Associação das Nações do Sudeste Asiático) são ampliadas, porém com bastante timidez, pois o continente asiático, no final do século passa pela Crise Asiática, causando que importações e exportações envolvendo a Ásia sofressem forte desaceleração. Além da Crise Asiática, o próprio Brasil passa por momentos difíceis nessa década, e dificulta sua inserção comercial com o mercado internacional, e muito mais com o continente asiático, visto que ainda não havia grandes relações comerciais com o grande continente oriental.

Por outro lado, o fato dos países asiáticos e do Brasil passarem por fortes crises econômicas, faz com que tenha que haver uma grande inserção internacional diplomaticamente e comercialmente falando, mirando um posicionamento mais interagido para sobrepor os desafios vividos tanto pela Ásia quanto pelo próprio Brasil (OLIVEIRA, 2004).

A partir de 1999, é instituído a EALACF (Fórum de Cooperação Ásia do Leste-América Latina), com a intenção de ser um mecanismo de aproximação entre os países da América Latina e países-membro da Asean, além de Japão, China e Coreia do Sul. Essa instituição tem como principal intuito de institucionalizar aproximações políticas e criar laços e planos econômicos, políticos e culturais.

Para o Brasil, retoma a atratividade devido aos planos econômicos como o Plano Real, que trazem estabilidade financeira e principalmente política. Além disso, a ampliação do Mercosul aumenta o desejo asiático de estabelecer rotas comerciais com o Brasil. No âmbito político, a aproximação do Brasil é de extrema importância, visto a grande disputa por mercados e poder que ocorre na OMC, a Organização

Mundial do Comércio. Assim, a criação da EALACF tem a capacidade de ampliar o potencial existente no Brasil.

Com isso, é evidente as vontades de Brasil e China para que haja uma aproximação importante tanto no quesito econômico, quanto no quesito político e de “poderes internacionais”.

No ano de 1974, o Brasil mantém certa relação diplomática com a China, com o país asiático expandindo e diversificando suas parcerias internacionais, com seu início de desenvolvimento econômico. E assim, para o Brasil, a relação era de extrema importância para se estabelecer no cenário global. Porém, nas décadas de 1970 e 1980, essas relações ficaram praticamente restritas ao campo político e diplomático, sem muito desenvolvimento na parceria econômica e comercial. Somente na década de 1990, com a abertura comercial brasileira e a maior inserção chinesa nos mercados globais, ocorre maior aproximação dos mercados brasileiros e chineses.

Com o início dessa relação extremamente promissora, já em 2002, o Brasil tem como principal destino de suas exportações para o continente asiático a China, desbancando a então líder desse ranking, o Japão. Essas exportações para a China já contavam como mais de um terço de todas exportações para a Ásia no ano de 2003, e segue crescendo nos anos seguintes.

Segundo informações do CACEX, a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, é possível ver o predomínio das exportações asiáticas, com o Japão estando sempre como protagonista. Porém, em 2002, é possível notar que, por causa da proximidade com o Brasil e do grande potencial mercadológico chinês, a China desbanca o país nipônico e se torna o principal destino das exportações brasileiras.

Na tabela a seguir, é possível verificar também a participação chinesa no comércio total para o Mundo, não somente para a Ásia. É possível verificar o crescimento gradativo da participação chinesa nesse total, conforme as relações diplomáticas e comerciais entre os dois países foram se estreitando. Essa porcentagem foi crescendo muito após esses anos e se tornou o principal destino das exportações brasileiras alguns anos depois.

Tabela 2.3.1 - Comércio Brasileiro por Área - Exportações (%)

<b>Tabela I : Comércio Brasileiro por Área – Exportações (%)</b>											
	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2002	2003
Estados Unidos	44.4	32.6	24.7	15.4	17.4	27.1	24.2	18.7	23.9	25.7	23.1
União Européia	26.7	25.8	34.9	27.8	26.6	26.9	32.4	27.8	26.8	25.0	24.8
EFTA	5.7	12.6	5.4	3.6	3.3	2.6	1.0	1.1	1.4	1.0	0.8
ALADI	7.0	9.7	11.1	13.8	17.2	8.7	10.4	21.5	23.4	16.4	17.7
MERCOSUL	-	-	-	-	-	-	4.2	13.2	14.0	5.5	7.8
África	1.0	1.5	2.2	4.7	6.5	7.9	3.2	3,4	2.4	3.9	3.9
Ásia	NA	NA	8.3	9.8	9.9	12.4	16.9	17.6	11.5	14.6	16.0
Japão	2.4	1.9	5.3	7.8	6.1	5.5	7.5	6.7	4.5	3.5	3.2
China	*	*	*	0.8	0.4	3.2	1.2	2.6	2.0	4.2	6.2
Total em US\$ bi	1.269	1.595	2.739	8.670	20.132	25.639	31.213	46.506	55.086	60.362	73.084

Fonte: Brasil, Cacex/Secex/MDIC, OLIVEIRA, 2004.

No início dos anos 2000 foram registradas algumas grandes parcerias comerciais de grandes empresas brasileiras, como Petrobras, Embraer, Vale do Rio Doce, Embraco, dentre outras, a fim de estreitar relações comerciais e criar *joint-ventures* que facilitaram o desenvolvimento mútuo tanto econômico, como científico (OLIVEIRA, 2004).

#### **2.4. Relações Brasil e China no século XXI**

A partir do século XXI, é possível observar uma evolução muito estável e exponencial das relações comerciais. Uma boa razão para esse passo a frente brasileiro em relação aos mercados internacionais é o fim do Plano Real, onde houve um fim na política de paridade Real e Dólar, facilitando na abertura de seu mercado para o Mundo. Dessa forma, os fluxos comerciais com o Brasil aumentam de forma significativa. Por isso, a relação com a China se estabelece como a principal relação comercial e política com o Brasil. Isso ocorre pelo motivo acima citado, mas também devido a superação de algumas dificuldades políticas.

Com o distanciamento da Guerra Fria, as desavenças entre capitalismo e socialismo são praticamente deixadas de lado. E, como países em desenvolvimento, China e Brasil estreitam de forma acentuada sua relação.

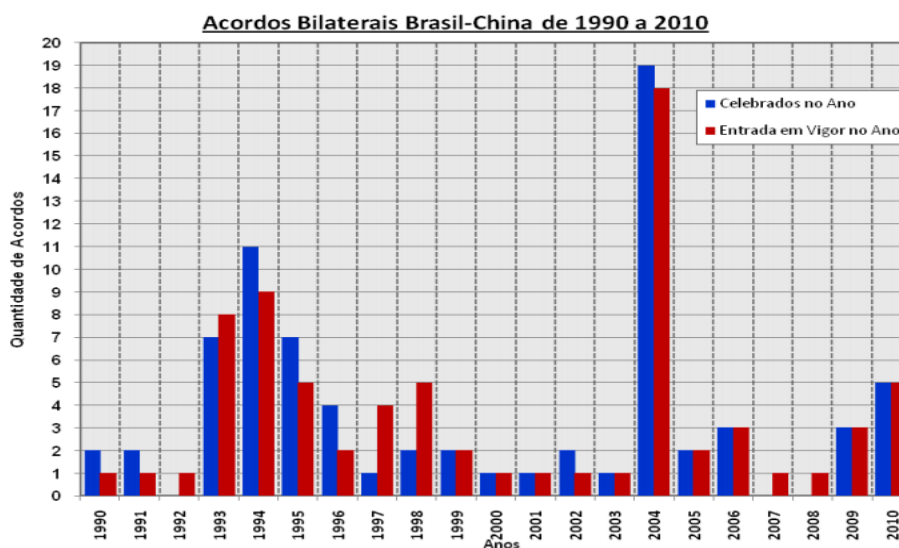
No início da década, há diversas visitas de importantes figuras chinesas ao Brasil. Há a visita do então Chefe do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) Tang Jiaxuan em 2000. Em 2001, o então presidente chinês Jiang Zemin vem ao Brasil. E nessas viagens importantes acordos comerciais e tecnológicos são firmados, com uma conversa dele com Fernando Henrique Cardoso em Brasília.

Em 2003 o presidente Luiz Inácio da Silva é eleito presidente, e com ele vem uma nova linha política de relações com a China. E no ano seguinte é comemorado os 30 anos da relação diplomático sino-brasileira, com visitas mútuas de Lula à China e do presidente Hu Jintao ao Brasil. Nessas visitas, o empresariado brasileiro, principalmente do agronegócio, se entusiasma com tal aproximação. Foi enxergado pelos empresários como uma grande oportunidade de expansão ao imponente mercado chinês. Nesses encontros da primeira metade do século observa-se a intenção de aprofundamento das relações comerciais e científicas.

Em 2009, dessa vez comemorando os 35 anos da relação diplomática sino-brasileira, o presidente Lula realizou uma segunda viagem à China. Dessa vez, a grande preocupação do governo brasileiro é o fato de a China ser naquele momento a principal parceira comercial do Brasil (MOURA, 2012).

Um dado muito importante é que na primeira década do século XXI, o número de acordos bilaterais entre China e Brasil cresce de forma significativa, demonstrando esse estreitamento, conforme podemos notar no gráfico abaixo.

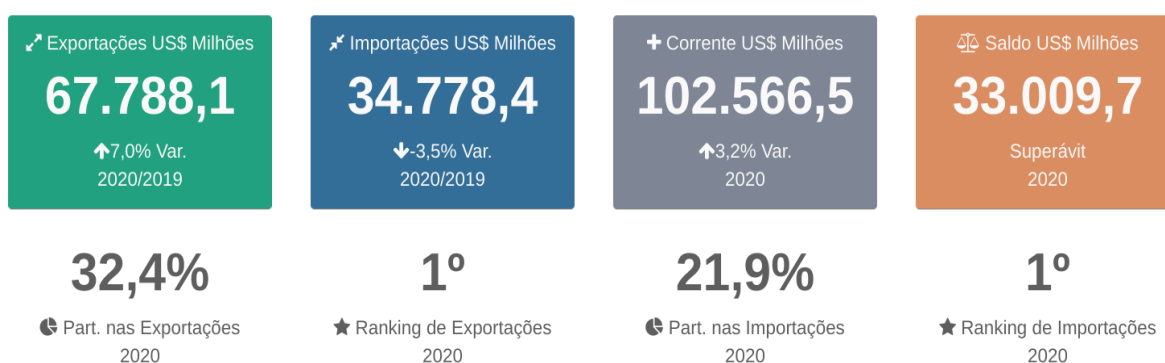
Gráfico 2.4.1 - Acordos Bilaterais Brasil-China de 1990 a 2010



Fonte: MOURA, 2012

É interessante notar que a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil durante a década de 2000, com um aumento extremamente grande na proporção de participação nas exportações e importações brasileiras, e ainda hoje é o número 1 no ranking de importações e importações brasileiras.

Gráfico 2.4.1 - Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: China (2020)



Fonte: Comex Stat/ComexVis

Na década de 2010, todos esses indicadores cresceram, demonstrando a vital importância da economia chinesa na participação das exportações e importações. Segundo informações do Comex Stat, portal de dados e estatísticas

das importações e exportações globais, a China é atualmente o principal parceiro comercial do Brasil.

Em 2019, 28,1% das Exportações Brasileiras foram destinadas à China. O Brasil exportou para a China o valor total de US\$ 62,87 bilhões, sendo o número um no ranking global. Já nas importações, a participação da China no total brasileiro foi de 19,9%, num total de US\$ 27,60 bilhões. E mais uma vez, a China é a número um no ranking de participação nas importações brasileiras.

Após entendermos como se deu a relação entre Brasil e China e seu desenrolar, entendendo os contextos históricos de cada um dos participantes dessa troca bilateral, o próximo passo é entender o que é negociado, quais os principais produtos comercializados e como se desenvolveu a comercialização desses *commodities* e serviços.

### 3. Comércio Brasil-China

#### 3.1. Dados de importação e exportação gerais

Como já analisado de forma extensa, a China é o principal parceiro comercial do Brasil. Os dados no passar dos anos demonstram que essa parceria, no geral vem rendendo cada vez mais frutos e elevando valores, batendo quase ano a ano recordes de valores de exportação e importação.

Em 2020, os valores totais de produtos exportados do Brasil para o gigante chinês chegaram a \$67.788.075.211,00. Se comparado com 1997, que os valores chegaram a \$1.087.988.459,00, o aumento foi de mais de 6.236% de aumento. Comparando com 2010, que os valores chegaram a \$30.747.553.704,00, o aumento foi de mais de 220%.

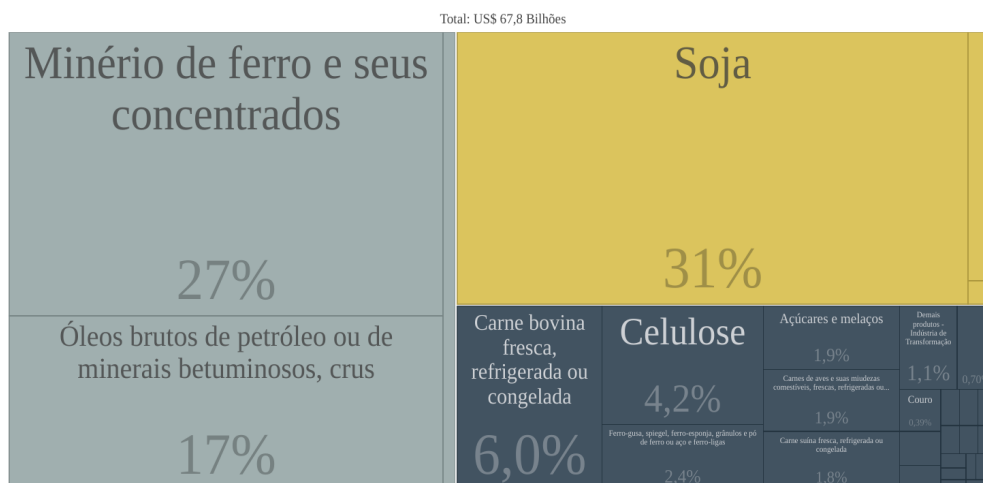
Gráfico 3.1.1 - Exportação do Brasil para China



Fonte: ComexStat, elaboração própria.

Os principais produtos exportados no ano de 2020 foram: soja, com 31%, do total, minério de ferro e seus concentrados, com cerca de 27%, óleos brutos de petróleo, com 17% e a carne bovina com 6%. Nota-se que a quase todos produtos exportados pelo Brasil são com baixo valor agregado, sendo em sua maioria *commodities* e sem grandes tratamentos.

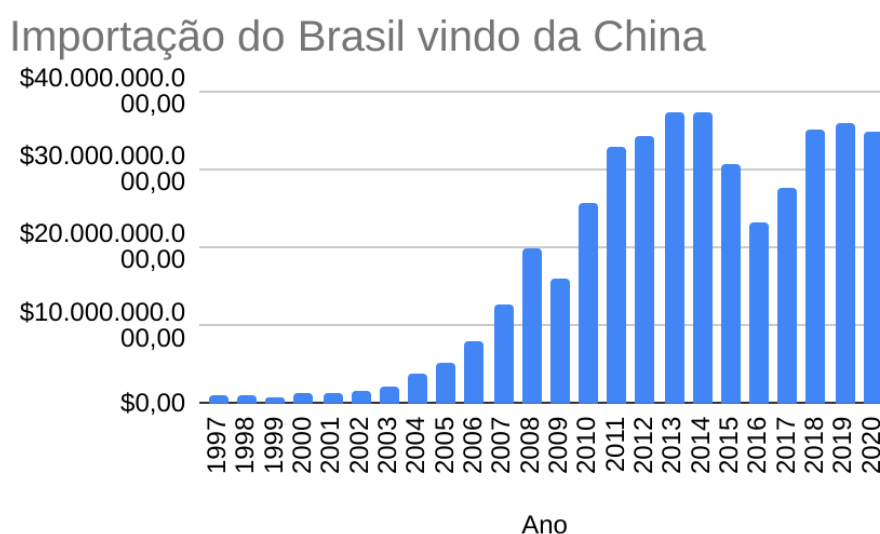
Gráfico 3.1.2 - Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: China (2020)



Fonte: ComexStat/ComexVis

No âmbito das importações brasileiras oriundas da China, os valores chegaram ao total de \$34.778.441.387,00 em 2020, sendo que no ano de 2019 foi batido o recorde de valores importados, chegando a \$36.028.297.004,00. Se comparado com valores de 1997, que foi um total de \$1.159.293.595,00, há um crescimento de mais de 3.108%, e se comparado com valores de 2010, total de \$25.591.491.902,00, há um aumento de 140%.

Gráfico 3.1.3 - Importação do Brasil vindo da China



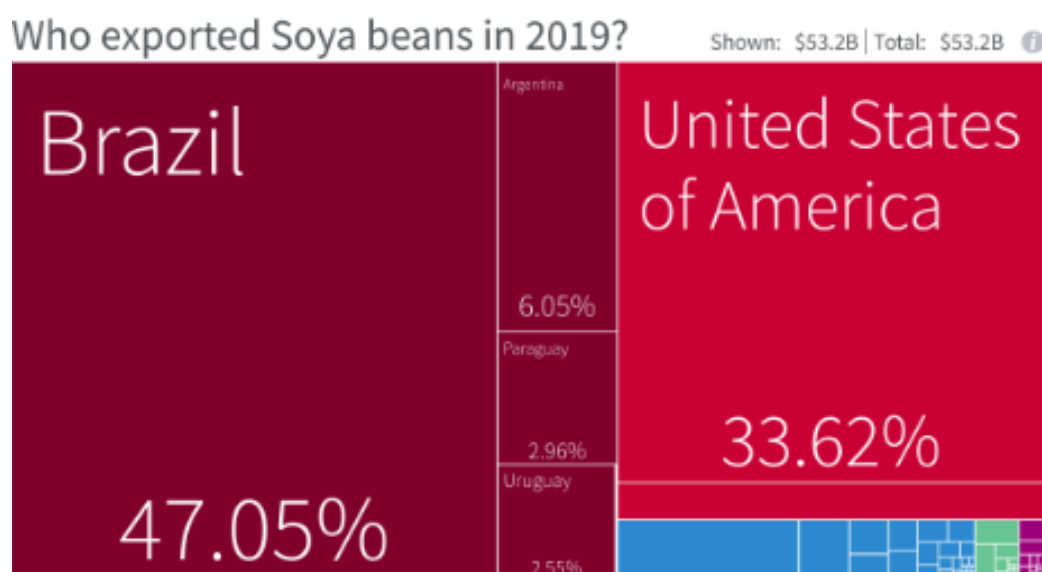
Fonte: ComexStat, elaboração própria.



soja serve como base para produção de vernizes, tintas, plásticos, cosméticos, adesivos, fibras e revestimento. O grão ainda é muito importante para a produção de biodiesel.

No Brasil, a soja é o principal produto para exportação do Brasil. O Brasil é responsável por 47,05% da exportação total do Mundo, ou cerca de US\$ 25 bilhões, com dados do ano de 2019, de acordo com dados retirados do COMTRADE, órgão da ONU para comércio internacional.

Gráfico 3.2.1 - Quem exportou grãos de soja em 2019?

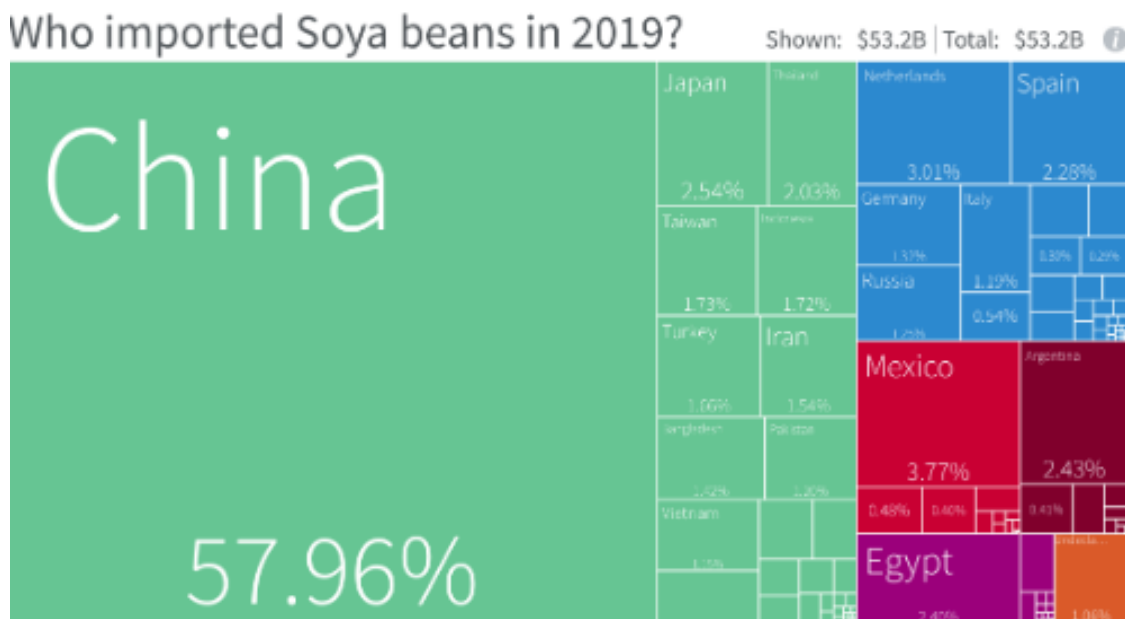


Fonte: COMTRADE, Atlas of Economic Complexity

Nesse sentido, o mercado chinês é extremamente importante. A China é o maior exportador do grão de soja do Mundo. Por lá, o principal uso desse produto é para esmagamento e produção de farelo de soja para ração e uso na indústria alimentícia.

Em 2019, a China foi responsável por 57,96% de toda a exportação de soja global. Isso, em valores totais, corresponde a US\$ 30 bilhões.

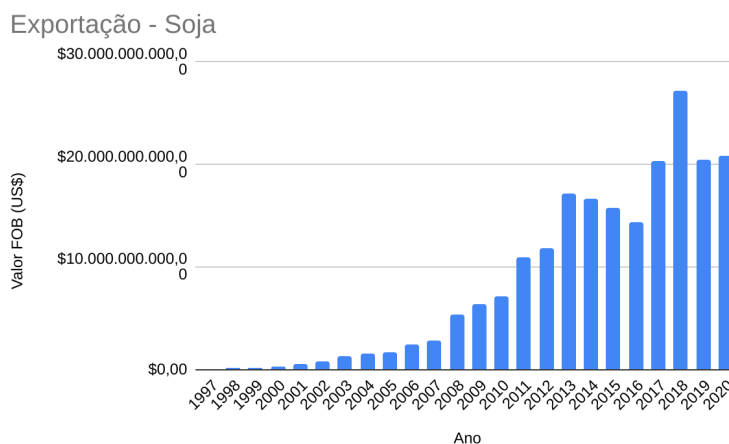
Gráfico 3.2.2 - Quem importou grãos de soja em 2019?



Fonte: COMTRADE, Atlas of Economic Complexity

Com o passar dos anos, é possível perceber o aumento quase que exponencial dos valores exportados pelo Brasil à China, do grão e triturados de soja. O produto de NCM 12019000, Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura, teve um aumento de \$86.125.602,00 no ano de 1997, passando para \$27.233.070.721,00 em 2018, o recorde já registrado, chegando a \$20.903.176.750,00 em 2020, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 3.2.3 - Exportação de Soja Brasil para China



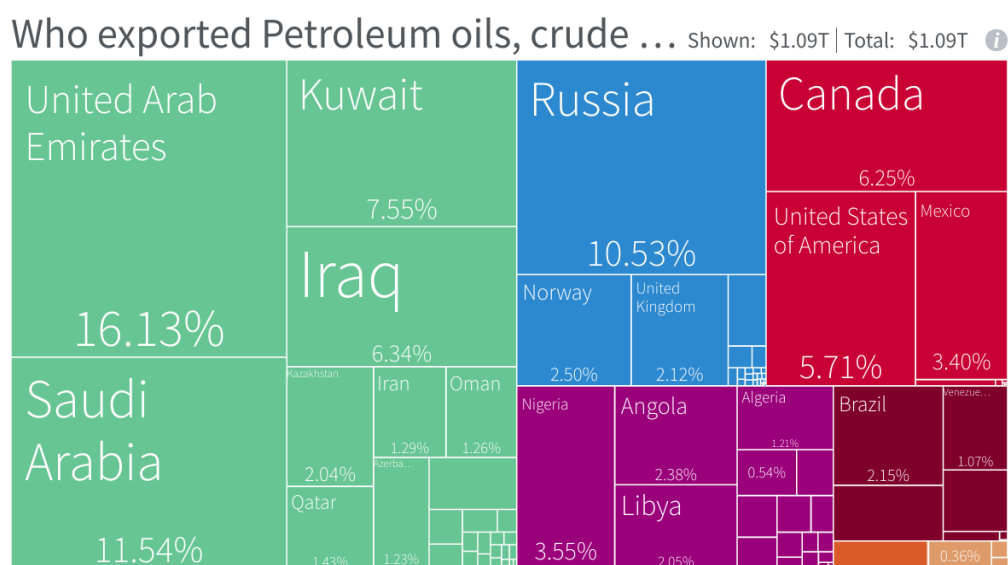
Fonte: ComexStat, elaboração própria

### 3.3. Óleos brutos de petróleo

Os óleos brutos de petróleo são também um dos principais produtos negociados globalmente. São essenciais para a produção de combustíveis como gasolina e querosene, além de ser de suma importância para a produção de produtos para asfalto e outros tipos de óleos.

Os óleos brutos de petróleo, de NCM 27090010, é um dos principais produtos de exportação brasileira. O Brasil é responsável por cerca de apenas 2,15% da produção para exportações globalmente.

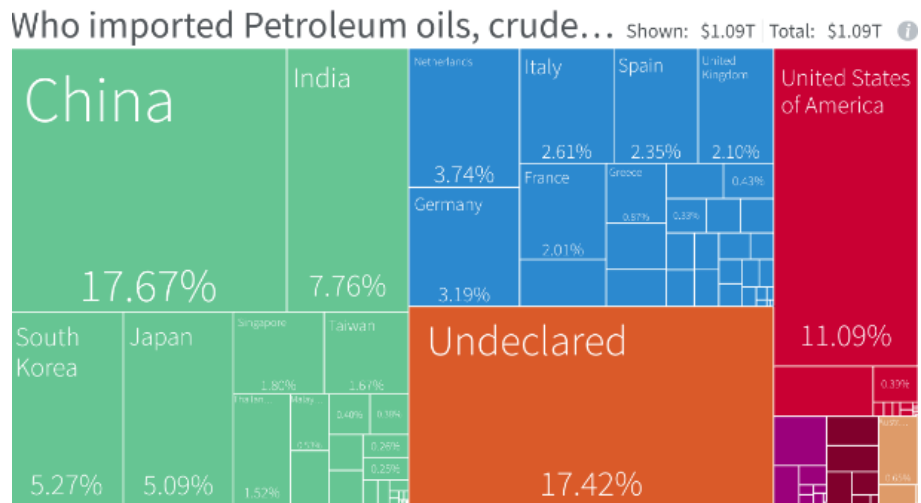
Gráfico 3.3.1 - Quem exportou óleos brutos de petróleo em 2019?



Fonte: COMTRADE, Atlas of Economic Complexity

A China, por sua vez, é responsável por mais de 17% de todas as importações mundiais, se mostrando como o principal consumidor das exportações desse produto, sendo um mercado de extrema importância para o petróleo brasileiro.

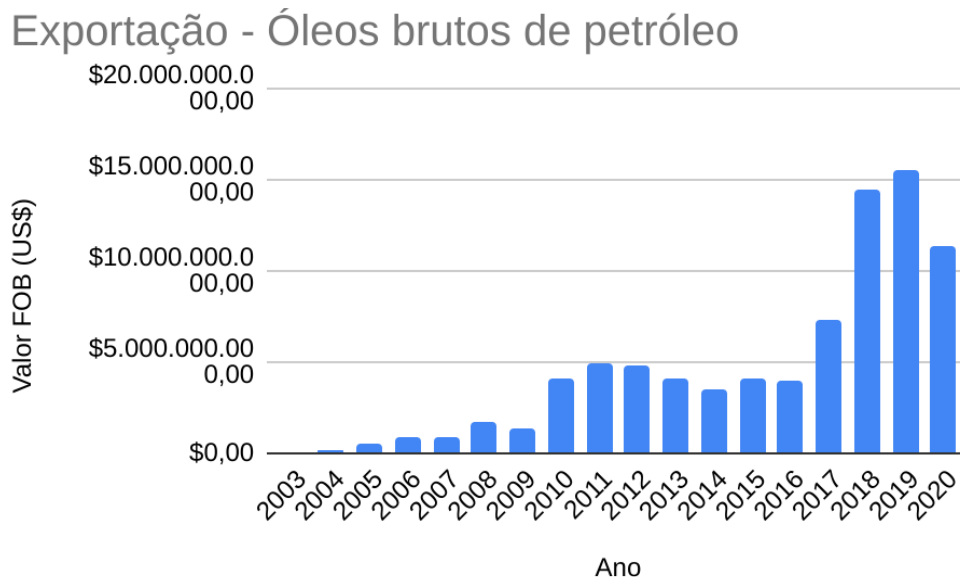
Gráfico 3.3.2 - Quem importou óleos brutos de petróleo em 2019?



Fonte: COMTRADE, Atlas of Economic Complexity

No ano de 2000, o Brasil exportou para a China um total de \$36.124.318,00, aumentando em 2010 para \$4.053.449.415,00, chegando em 2019, ano do recorde total exportado, a um total de \$15.480.473.967,00. O aumento comparando 2000 ao ano de 2019 foi de 42.853%, mostrando o maior estreitamento e volume comercializado nesse período.

Gráfico 3.3.3 - Exportação de Óleos brutos de petróleo do Brasil para China



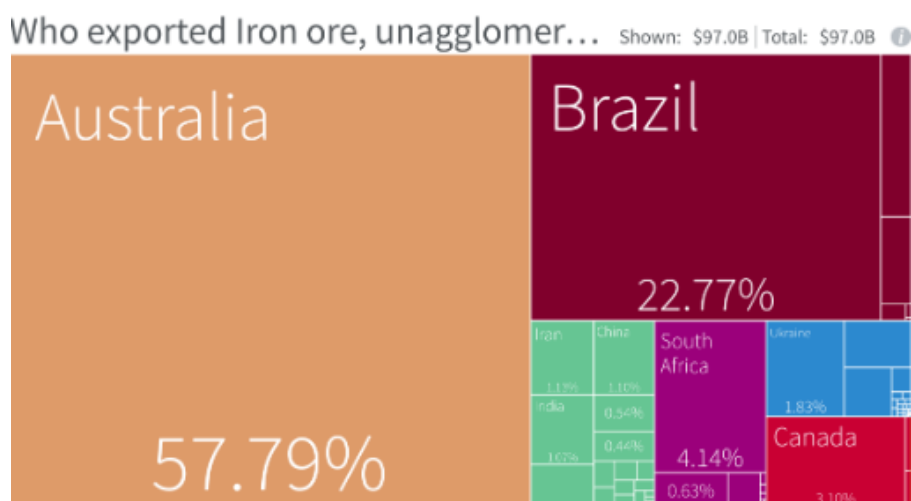
Fonte: ComexStat, elaboração própria

### 3.4. Minério de ferro

O minério de ferro é um dos *commodities* mais importantes do mercado global. Cerca de 98% da produção mundial de ferro é para a produção de aço, essencial para a produção de automóveis, trens, barcos, e principalmente para a construção civil, maquinário, motores, objetos brancos e ainda na produção de embalagens, principalmente para a indústria alimentícia.

O minério de ferro e seus concentrados, de NCM 26011100, tem como seu segundo maior exportador mundial o Brasil, com 22,77%, sendo precedido apenas pela Austrália como principal exportador.

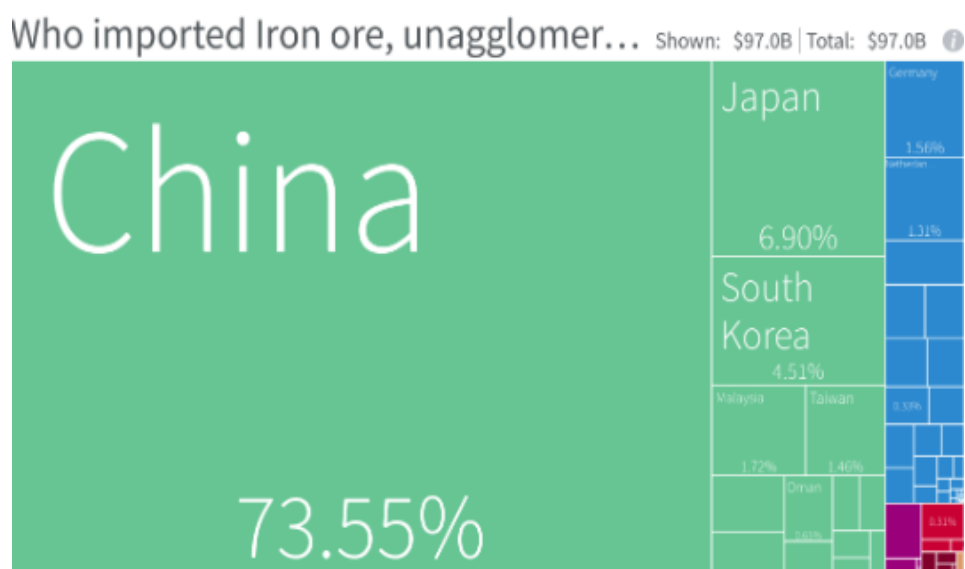
Gráfico 3.4.1 - Quem exportou minérios de ferro em 2019?



Fonte: COMTRADE, Atlas of Economic Complexity

O mercado chinês nos últimos anos se mostrou muito forte na construção civil e na produção de máquinas e afins. Por isso, é o principal exportador de minério de ferro do Mundo, sendo responsável por 73,55% de todas as exportações globais deste produto. Além disso, por ser uma nação produtora de industrializados e manufaturados, utiliza muito do aço e do ferro para a produção de exportações, como por exemplo, plataformas de perfuração, que ainda será analisado sua exportação ao Brasil.

Gráfico 3.4.2 - Quem importou minérios de ferro em 2019?



Fonte: COMTRADE, Atlas of Economic Complexity

No ano de 1997, o Brasil exportou para a China \$130.021.450,00. Se comparado com o montante de 2020, ano de maior valor de exportações brasileiras de minério de ferro para a China, num montante de \$17.976.028.270,00, o crescimento foi de cerca de 13.825%.

Gráfico 3.4.3 - Exportação de Minérios de ferro do Brasil para China



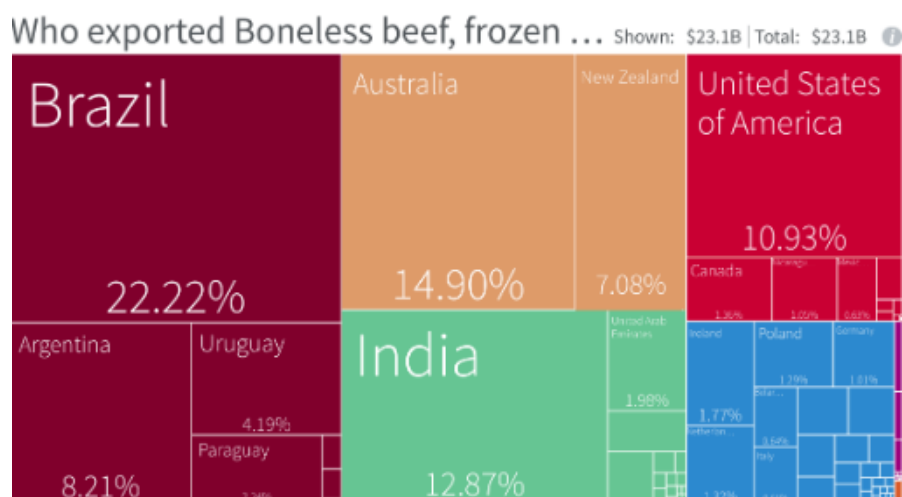
Fonte: ComexStat, elaboração própria

### 3.5. Carne bovina

A carne bovina é um dos principais *commodities* globais, sendo peça importante em diversas bolsas e pregões pelo mundo. Os principais produtores de carne bovina, normalmente, são países com grandes áreas para pasto, e com clima propício para criação de gado bovino, como por exemplo, a Austrália e os Estados Unidos.

Nesse contexto, por ter clima extremamente e ser um país de dimensões continentais, o Brasil é o maior exportador global de carne bovina. O gigante sulamericano é responsável por 22,22% da exportação total mundial de carne bovina desossada e congelada, sendo o número um com certa folga.

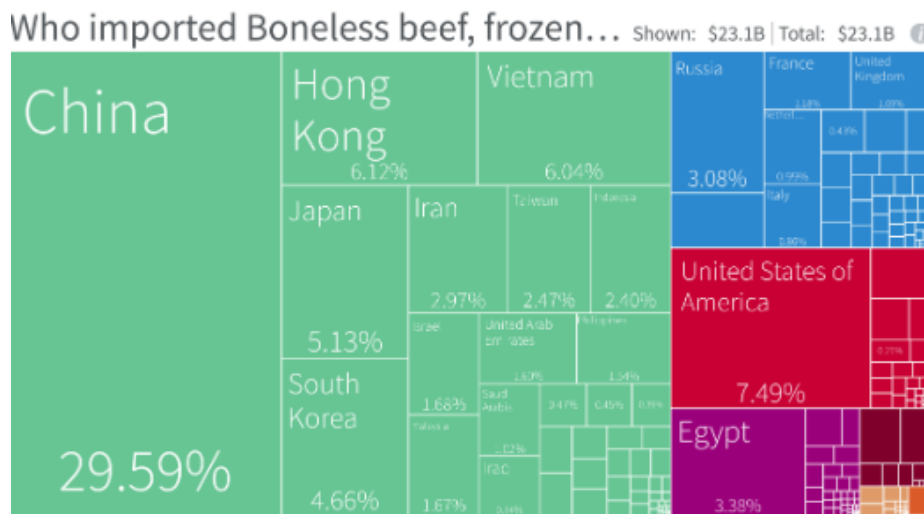
Gráfico 3.5.1 - Quem exportou carne bovina desossada congelada em 2019?



Fonte: COMTRADE, Atlas of Economic Complexity

A China é o país mais populoso do mundo, como já citado. Por isso, e por outros motivos, é o maior importador global de carne bovina, para poder alimentar os quase 1,5 bilhão de habitantes chineses. Por esse mesmo motivo, a China sequer aparece entre os principais exportadores, visto que o grande número de bocas para alimentar não permite se colocar no mercado vendedor de carne bovina.

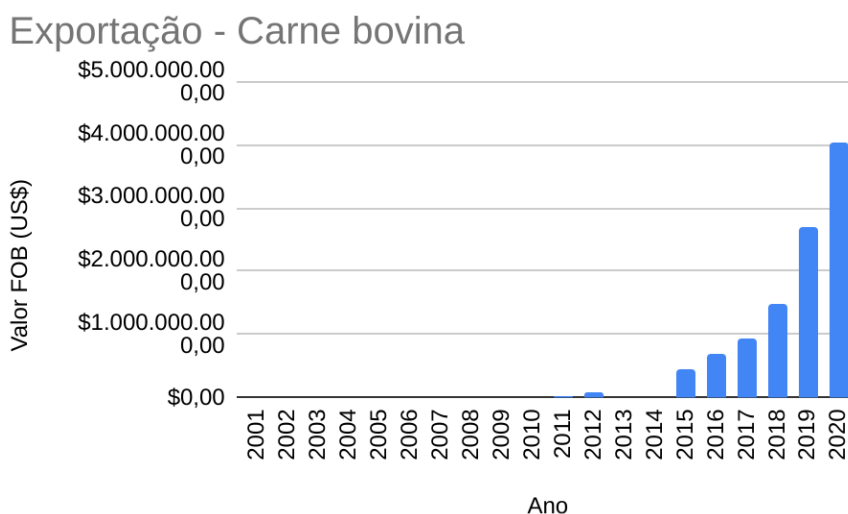
Gráfico 3.5.2 - Quem exportou carne bovina desossada congelada em 2019?



Fonte: COMTRADE, Atlas of Economic Complexity

No ano de 2001, o Brasil exportou para o gigante chinês o produto Carnes desossadas de bovino, congeladas, de NCM 2023000, um total de \$1.142.011,00. Em 2010, foi um total no valor de \$4.910.913,00. E finalmente em 2020, ano com valores recordes, um total de \$4.037.347.548,00. Se comparado com 2001, em 2020 ocorreu um crescimento absurdo, cerca de 353.533% de aumento, verificando a grande importância do Brasil para a alimentação da população chinesa com o passar dos anos.

Gráfico 3.5.3 - Exportação de carne bovina do Brasil para China



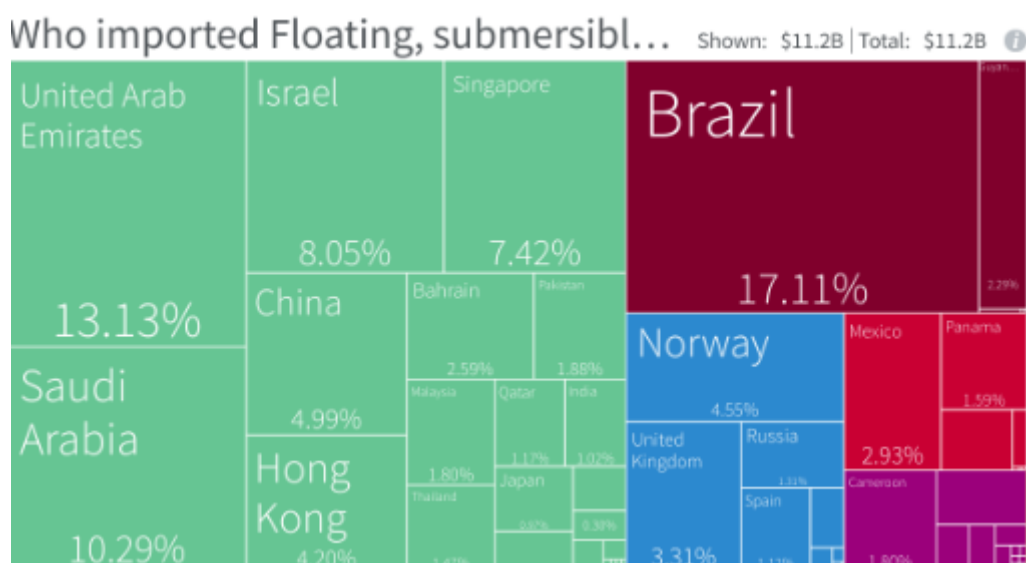
Fonte: ComexStat, elaboração própria

### 3.6. Plataformas de perfuração

O mercado exportador chinês é extremamente pulverizado e diversificado, sem haver produtos chaves, que representam muito em relação ao total de exportações. Por isso é muito difícil definir os principais produtos vendidos pelo gigante asiático.

Um produto muito curioso que o Brasil consome em valores muito representativos da China são as plataformas de perfuração. Essas plataformas são utilizadas no mar para extração de petróleo, algo muito comum no nosso litoral brasileiro, sendo atrativo para o mercado chinês explorar. Isso faz com que o Brasil seja o principal importador de plataformas de perfuração no Mundo, responsável pela importação de 17,11% de todos os produtos dessa categoria.

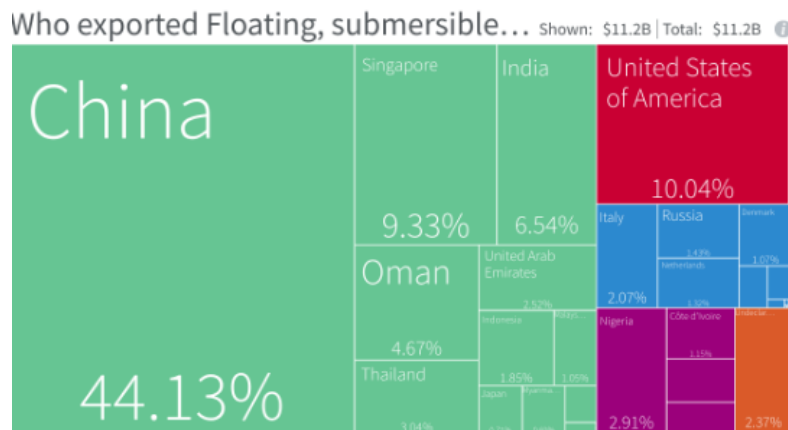
Gráfico 3.6.1 - Quem importou plataformas de perfuração em 2019?



Fonte: COMTRADE, Atlas of Economic Complexity

O principal exportador global desse produto é, justamente, a China, com sua grande capacidade industrial para produtos de alta tecnologia e grandes proporções. O país asiático foi responsável por 44,13% de toda exportação global desse tipo de plataforma para perfuração.

Gráfico 3.6.2 - Quem exportou plataformas de perfuração em 2019?

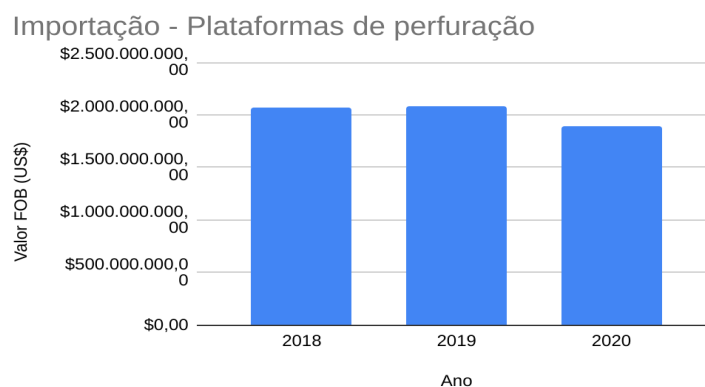


Fonte: COMTRADE, Atlas of Economic Complexity

Esse produto só começou a ser importado pelo Brasil, com origem chinesa, no ano de 2018. Apesar do baixo volume no número de transações, os valores desses negócios são muito altos, se tratando de grandes e caras estruturas de alta tecnologia para perfuração em grandes profundidades e a extração de petróleo em sua maioria.

Em 2018 o Brasil importou da China Plataformas de perfuração ou de exploração, flutuantes ou submersíveis, de NCM 89052000, um valor total de \$2.071.124.563,00, passando para \$2.085.171.726,00 em 2019, recorde já registrado e finalmente chegando a \$1.890.746.237,00 em 2020. Nota-se que há uma pequena variação, sendo que esse produto vai depender muito de uma demanda específica, sem fluxos frequentes de necessidades desses produtos.

Gráfico 3.6.3 - Exportação de carne bovina da China para o Brasil



Fonte: ComexStat, elaboração própria

### **3.7. Turismo**

O turismo é uma importante fonte de renda para o Brasil, sendo um destino muito popular ao redor do Mundo. Além disso, muitos viajantes vêm ao Brasil com a intenção de realizar negócios e fechar contratos, um dos principais motivos da vinda de chineses ao nosso país.

Os seguintes dados de turismo foram retirados do Anuário Estatístico de Turismo 2020 do Brasil, com informações retiradas da base de dados da polícia federal e do ministério de turismo brasileiro.

No ano de 2018, o Brasil recebeu um total de 6,621,376 turistas, sendo 56,333 oriundos da China, um total de 0,85% do total de turistas internacionais que vieram ao Brasil. No estado de São Paulo, vieram um total de 42.098 turistas oriundos da China, representando 74,73% do total de turistas chineses advindos da China ao Brasil.

No ano de 2019, o Brasil recebeu um total de 6,353,142 turistas, sendo 68,578 oriundos da China, um total de 1,07% do total de turistas internacionais que vieram ao Brasil. No estado de São Paulo, vieram um total de 52,995 turistas oriundos da China, representando 77,27% do total de turistas chineses advindos da China ao Brasil.

No ano de 2018, a China ficou em 20º no ranking de maior número de turistas por países. Em 2019, o gigante asiático ficou em 18º no ranking de maior número de turistas por países.

Apesar do país chinês ser o mais populoso do país, ainda vemos um número pequeno de turistas no Brasil. Alguns motivos podem explicar tal fenômeno, e o principal deles é a gigantesca distância geográfica entre as duas nações, coisa que, com o passar do tempo, tende a ser menos relevante com o aumento da globalização. Ainda assim, podemos notar um aumento nos últimos anos desse número de turistas. Em 2015, 53.064 turistas chineses vieram ao Brasil, comparado com os já citados 68.578 de 2019, um aumento de 29,23%.

Gráfico 3.7.1 - Número de turistas chineses no Brasil por ano



Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE TURISMO 2020, elaboração própria

## **Considerações finais:**

O Brasil hoje possui uma relação quase que de dependência com o país mais populoso do Mundo, a China. Os produtos exportados para o gigante asiático, bem como os importados, são cruciais para que haja insumos necessários para a subsistência brasileira, e que haja comprador para os produtos oriundos do solo brasileiro. E dessa forma, através dessa dissertação foi possível entender de que forma isso ocorreu, com a aproximação diplomática e comercial entre os dois países.

Num primeiro momento, para entender como se iniciou o relacionamento Brasil-China, foi necessário destacar a política adotada pela China para sua própria abertura comercial, e entender sua inserção no mercado global, através de órgãos oficiais como a Organização Mundial do Comércio. Da mesma forma, procurou-se entender qual a influência que o Brasil possui e conquistou com o passar dos anos no cenário mercadológico global.

Compreendido a dinâmica com a qual ambos países conseguiram a sua própria inserção, a dissertação partiu para um segundo momento, e tomou o caminho de entender como se iniciou o relacionamento entre eles. Começando desde o século XIX, a pesquisa discorreu do histórico de relacionamento, passando pelas diversas fases tanto que o país asiático passou, como por exemplo sua abertura comercial e busca de novos mercados, quanto pelas fases que se passaram no maior país da América do Sul, como exemplo a grande alternância de visões de governo. Com todo o contexto por trás de cada uma das nações, foi possível observar suas diferentes movimentações, seja com o estreitamento ou até afastamento na relação diplomática e comercial, e como isso foi influenciado pelo momento com que cada um deles passou.

Entendido o relacionamento e suas bases de Brasil-China, esta pesquisa mudou um pouco de foco e entrou numa terceira fase, tentando procurar mais dados e informações comerciais. Desse modo, foi realizado um árduo trabalho de tratamento de dados e estatísticas, em busca de compreender quantitativamente como a relação comercial e política se traduziram em comércio e importação e exportação. Assim, foi pesquisado os principais *commodities* e produtos envolvidos

entre os países, encontrando assim os que possuem maior relevância para que este relacionamento, principalmente nos últimos anos, se mantivesse com o maior estreitamento possível.

Com essa terceira fase, foi possível entender como as duas primeiras fases do trabalho foram colocadas em prática. Através de toda uma base de relacionamento, com abertura comercial de ambos os lados, o estreitamento das relações e a procura por uma ajuda mútua, foi observado toda uma consequência com comércio e parceria mercadológica no cenário global.

## Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Paulo Roberto de. “A Diplomacia do Liberalismo Econômico” In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo. Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): Volume 1. Rio de Janeiro, 2006, p. 237-94.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE TURISMO 2020 Ano base 2019 Volume 47 2ª Edição. Brasília, Março de 2020. Disponível em: <[http://www.observatorio.turismo.ba.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Anuario\\_Estatistico\\_de\\_Turismo\\_2020\\_-1.pdf](http://www.observatorio.turismo.ba.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Anuario_Estatistico_de_Turismo_2020_-1.pdf)>

ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY. *The atlas of Economic Complexity by the Growth Lab at Harvard University*, 2021. Disponível em: <<https://atlas.cid.harvard.edu/>>.

COMEXSTAT. Comex Stat: Exportações e Importações Geral, 2021. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>.

DUQING, Chen. Os 25 anos das relações sino-brasileiras. Tempo Brasileiro, 137: 9-29, 1999

FUJITA, Edmundo Sussumu. “O Brasil e a China - uma parceria estratégica modelar” In: Revista Política externa, vol. 2. São Paulo, mai. 2003, p. 59-70.

FURLAN, Fernando de Magalhães; FELSBURG, Thomas Benes. “Panorama das relações Brasil-China: Direito, Comércio e Economia” In: FURLAN, Fernando de Magalhães; FELSBURG, Thomas Benes. Org. Brasil China: Comércio, Direito e Economia. Brasil: Aduaneiras, Outubro 2005. p. 7-22

GABRIEL, Amélia Regina Mussi. “A disputa Embraer e Bombardier na Organização Mundial do Comércio” Revista de Informação Legislativa. Brasília: a. 38 n. 150 abr./jun. 2001

GUO, Pei; JANK, Marco Sawaya; MIRANDA, Sílvia H. G. de. China-Brazil: Partnership on Agriculture and Food Security. Piracicaba-SP: ESALQ/USP, 2020

GUO, Pei. “The agricultural and rural sector in China: an overview” In: GUO, Pei; JANK, Marco Sawaya; MIRANDA, Sílvia H. G. de. China-Brazil: Partnership on Agriculture and Food Security. Piracicaba-SP: ESALQ/USP, 2020 p. 45-71

HARVIE, C., China's Township and Village Enterprises and their evolving business alliances and Organizational Change, University of Wollongong, Department of Economics, Working Paper Series 1999.

MOURA, Diogo Villela Garcia. "O Brasil e a República Popular da China no Século XXI: Inserção Internacional e Relações Bilaterais em Perspectiva Comparada". Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2012, p. 88-124.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. "Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica". Revista Brasileira de Política Internacional [online]. 2004, v. 47, n. 1 [Acessado 14 Setembro 2021], p. 7-30. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-73292004000100002>>.

PRAZERES, Tatiana Lacerda. "A China e a OMC" In: FURLAN, Fernando de Magalhães; FELSBURG, Thomas Benes. Org. Brasil China: Comércio, Direito e Economia. Brasil: Aduaneiras, Outubro 2005. p. 23-45

SPERANCETE, Luiz Fernando Mocelin. "DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INSERÇÃO INTERNACIONAL DA CHINA ENTRE 1978 E 2002: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-SISTÊMICA". São Paulo: Universidade de São Paulo, 2021.